A ideia de comunidade e o desenvolvimento regional: um diálogo teórico

**Albio Fabian Melchioretto[[1]](#footnote-1)**

**Resumo**

Pensar a importância da comunidade no contexto atual, caracterizado pela individuação, representa um desafio significativo. Este estudo visa compreender, no campo teórico, a possível relação entre comunidade e desenvolvimento regional, considerando as condições impostas pelo sistema econômico hegemônico. Com base nesses pressupostos, busca-se discutir o conceito de comunidade à luz de um diálogo com o desenvolvimento regional, a partir dos conceitos mobilizados pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. O diálogo se estabelece no âmbito teórico, adotando a cartografia social deleuzo-guattariana como estratégia metodológica. Diferentemente da concepção tradicional, a cartografia proposta aqui não se limita a decalques estáticos, mas oferece um mapa aberto, em constante transformação. A cartografia resultante será utilizada para promover reflexões e gerar proposições para estudos futuros, articulando deslocamentos de ideias. Três ideias surgem como produto desta cartografia e proposições para estudos futuros, a resiliência comunitária, a multiplicidade de vozes e a geofilosofia.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Comunidade. Cartografia Social. Geofilosofia.

**Abstract**

Considering the importance of community in the current context, characterized by individuation, presents a significant challenge. This study aims to theoretically explore the potential relationship between community and regional development, considering the conditions imposed by the hegemonic economic system. Building on these premises, the study seeks to discuss the concept of community in dialogue with regional development, based on the concepts articulated by philosophers Gilles Deleuze and Félix Guattari. This dialogue is situated in the theoretical field, employing Deleuze-Guattarian social cartography as the methodological approach. Unlike traditional conceptions, the proposed cartography does not represent static imprints, but rather offers an open, continuously evolving map. The resulting cartography will be utilized to foster reflections and generate propositions for future studies, focusing on three central ideas: community resilience, multiplicity of voices, and geophilosophy.

**Keywords:** Regional development. Community. Social cartography. Geophilosophy.

É urgente uma desconstrução do pensamento antropocêntrico   
e uma valorização da diversidade (Ailton Krenak).

**1 Introdução**

Num tempo marcado pela individuação (Agamben, 2022) e pelo desengajamento (Bauman, 2003), pensar a comunidade diante das imposições do capitalismo neoliberal é uma postura transgressora. A reflexão que aqui se propõe abordará a ideia de comunidade como possibilidade de diálogo com o desenvolvimento regional, a partir da questão qual a relação entre comunidade e o desenvolvimento regional?

Ao considerar a comunidade como um agente central no desenvolvimento regional, abre-se espaço para uma reterritorialização das prioridades econômicas, sociais e ambientais. Nesta perspectiva teórica o bem-estar coletivo e a sustentabilidade tornam-se protagonistas, seguindo a leitura de Krenak (2020). Dessa forma, propõe-se que a comunidade não seja apenas um grupo de indivíduos, mas sim uma força ativa que participa na construção de um território mais equitativo e solidário, propondo outra cartografia possível.

A partir dessa reflexão, em trabalhos futuros seria possível explorar como as práticas comunitárias podem contribuir para um modelo de desenvolvimento regional que respeite as especificidades locais e atenda às necessidades da população, promovendo ao mesmo tempo, a resistência às pressões homogeneizadoras do neoliberalismo global.

Diante destas condições, objetiva-se discutir o conceito de comunidade em diálogo com o desenvolvimento regional e como este, de modo específico, atravessará as questões correlatas ao território, identidade e cultura. Por ora, é um estudo teórico, ligado a um projeto de pesquisa que se desdobrará em outras partes. Entende-se aqui a comunidade como uma teia complexa que vai além da espécie humana e imbrica-se com elementos da Mãe Terra, como rios, florestas, montanhas e animais, pensando-a como uma espiritualidade vivencial, para usar uma expressão de Krenak (2020),

O texto proposto é uma extensão das reflexões já apresentadas por Melchioretto (2023), que parte do diálogo entre a geofilosofia (Deleuze; Guattari, 2011b) e a noção de território (Saquet, 2015) para pensar outro território possível a partir dos processos de desterritorializações, seria a comunidade este outro território? Por ora, a resposta ainda é desconhecida, mas, nesta perspectiva, a ideia de comunidade surge como possibilidade de resistência às formas de desigualdade.

Para o desta reflexão, além da introdução já apresentada, se adicionam outras quatro sessões. Na próxima, ocupar-se-á da construção conceitual, dos termos fundantes, que são a comunidade e a individuação. Na sessão seguinte, a metodológica, apresentar-se-á o que se entende por cartografia social e como ela será usada para balizar o diálogo entre a ideia de comunidade e o desenvolvimento regional numa perspectiva geofilosofica. Até agora, toma-se a comunidade, apenas como uma ideia, e não como uma experiência empírica. Estas duas sessões dão corpo para o diálogo teórico, que será a sessão seguinte que apontará três caminhos: a resiliência, a cartografia dos fluxos e a geofilosofia, e por fim, aquilo que convencionalmente chama-se de considerações finais, que lançarão recomendações para estudos futuros sobre o tema a partir da resposta da pergunta norteadora, que abriu esta sessão.

**2 Construção conceitual**

A discussão conceitual apresentada inicia-se com Bauman (2003) e a ideia de comunidade, como um ponto de partida, para na sequência, montar a teia conceitual com a qual se pretendente refletir. Para Bauman (2003), a ideia de comunidade reveste-se como caráter quase nostálgico, remetendo a um paraíso perdido. Mas que remete a uma busca, a um retorno. “Comunidade é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido - mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá” (Bauman, 2003, p. 9).

A comunidade representa um lugar de segurança, pertencimento e solidariedade. São características que parecem diluídas ou fragmentadas no tempo presente. A comunidade não é entendida apenas como um espaço físico ou um território, mas sim, um conceito carregado de identidade ou ainda, um espaço simbólico que oferece refúgio frente às incertezas e pressões que o capitalismo contemporâneo impõe através da ideia controle, como Deleuze (1992) também discute.

A comunidade, em Bauman (2003), proporciona uma promessa de autodeterminação, onde os indivíduos encontram uma forma de existência mais autêntica e menos sujeita às forças alienantes da sociedade de consumo. Embora o autor trate a comunidade como um "lugar", entende-se que esse "lugar" transcende o espaço. “Há um preço que se paga pelo privilégio de vier em comunidade - e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada autonomia, direito à autoafirmação” (Bauman, 2003, p. 10).

Essa concepção de comunidade, enquanto espaço de autodeterminação, destaca-se como alternativa potente às estruturas de poder dominante, proporcionando uma forma de resistência e resiliência diante das forças desagregadoras. Uma força, que, de certa forma, produz um mapa como um campo de esperança.

A partir deste contexto, a comunidade, segundo Bauman (2003), configura-se como um conceito que contém em si tanto uma crítica ao presente quanto uma esperança para o futuro. Ela se apresenta como um ideal de convivência onde a segurança, o pertencimento e a solidariedade figuram como valores centrais. Embora a ideia de comunidade pareça utópica ou revestida de nostalgia, ela serve como outro horizonte, que aponta para a reconstrução de laços sociais e buscar formas de coexistência que priorizem o coletivo em detrimento da individuação.

Considerando a leitura de Bauman (2003) a comunidade emerge como um conceito transgressor, oferecendo-se como alternativa às imposições de um sistema que promove a fragmentação social e a mercantilização das relações humanas. A individuação, nesse sentido, não apenas isola os indivíduos em suas experiências e preocupações pessoais, mas também enfraquece os laços sociais que tradicionalmente formavam a base das comunidades, conforme Bauman (2003) explorou.

A perspectiva transgressora da comunidade decorre de sua capacidade de desafiar a "disciplina que se reproduz por conta própria", conforme descrita por Bauman (2003). Essa disciplina é intrínseca ao capitalismo neoliberal, que opera por meio de mecanismos sutis e internalizados, tornando desnecessária a presença de um controle externo, como Deleuze (1992) também aponta. A comunidade fornece um espaço de solidariedade e coesão social, resiste a essa lógica autossustentável de controle.

No entanto, nas condições do tempo presente, a comunidade se torna cada vez mais dispensável para o sistema dominante. O capitalismo neoliberal, ao promover a mobilidade constante, a flexibilidade e a competição, enfraquece as bases sobre as quais as comunidades tradicionalmente se sustentaram. A desvalorização da comunidade é um reflexo da lógica capitalista, que vê nas relações sociais fixas e nos laços comunitários um obstáculo à livre circulação do capital e à maximização do lucro. Consequentemente, o sistema capitalista tende a desintegrar as comunidades, substituindo-as por redes efêmeras e utilitárias de interações, que servem principalmente aos interesses do mercado e a fragilidade do instante.

Agora parte-se para o segundo conceito, o de individuação, dado a partir de Agamben (2022). Na obra *A comunidade que vem*, o autor faz uma genealogia do conceito de individuação para pensar a formação de certas singularidades. A individuação promove o isolamento dos indivíduos e fragmentando as bases da vida comunitária. Com isso, propõe-se um diálogo em torno da idade de comunidade, com o desenvolvimento regional, permitindo uma análise crítica das interrelações entre território, identidade e cultura. São elementos que se entrelaçam na construção de uma sociedade coesa e resistente às forças desagregadoras.

A perspectiva de Agamben (2022) sugere que a comunidade, em certo grau, representa a superação dos estados de incerteza que permeiam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, pensar o desenvolvimento regional em diálogo com a ideia de comunidade permite explorar novas condições vivenciais, onde as dinâmicas territoriais, identitárias e culturais são valorizadas como fundamentos para uma existência coletiva mais sólida e significativa. Essa abordagem propõe uma redefinição do desenvolvimento, que passa a ser visto como um processo integrado, no qual a comunidade desempenha um papel central.

Então, pensar a comunidade, a partir de Agamben (2022) é pensar aquilo que está fora, ou no caso desta reflexão é pensar o desterritorializado como saída. A comunidade seria o lugar que permite pensar uma despolitização da política, dada no sentido corriqueiro dela. Pensar além do Estado e das condições no qual ele faz pensar. Então, a comunidade envolveria uma ideia de subversão das estruturas que perpetuam o processo de humanização ancorado na *bios*, uma maquinaria que, em última instância, compromete a relação mais fundamental com o "ter-lugar" da singularidade qualquer. A comunidade seria um espaço de liberdade onde a singularidade pode emergir sem ser capturada por categorias políticas tradicionais. A comunidade é um espaço sem território e sem determinações e tutelas.

**3 Metodologia**

Esta sessão se ocupará em discutir duas questões. A primeira é o que se entende por cartografia social e a segunda ideia, a de território, pensando num fluxo entre desterritorialização e reterritorialização, como um lugar, ou, uma *bios*, para criação de outra-lugar.

O diálogo entre a ideia de comunidade e o desenvolvimento regional dar-se-á inspirado na cartografia social pensada a partir da leitura de Deleuze e Guattari (2011a). Esta é uma abordagem que mapeia os territórios sociais de maneira flexível e complexa. Diferente da cartografia tradicional, que é fechada em mapas, ela dá ênfase às perspectivas expondo relações de poder e fluxos de desejo subjacentes considerando a multiplicidade. Essa abordagem oferece um retrato dinâmico das relações sociais, contribuindo para uma compreensão dos espaços habitados, percebendo as intensas mobilizações a atuar sobre o território. A atividade do cartógrafo, para Deleuze e Guattari (2011a) está na grupalidade, ou ainda, na comunidade.

Aqui considerar-se-á a comunidade como espaço atravessado pelo movimento TDR (território, desterritorialização e reterritorialização). O território é pensado como fluxo de deslocamentos e não como decalque, como Saquet (2015) alerta. Os processos da cartografia social acontecem na coletividade, ponderando a singularidade da identidade comunitária e a multiplicidade local. Então, duas condições são necessárias neste capítulo, primeiro, planificar o que é a cartografia social e como ela é pensada a partir de Deleuze e Guattari (2011a) e, na sequência, o movimento TDR.

A cartografia social valoriza profundamente as experiências na geração de conhecimento sobre um território específico. Ela destaca a importância das perspectivas dos sujeitos envolvidos e promove a participação ativa das pessoas no processo de mapeamento. Dessa maneira, a cartografia social deleuzo-guattariana capta a multiplicidade de vozes, narrativas e perspectivas que compõem um determinado território, oferecendo uma compreensão mais rica e dinâmica das relações sociais que ali se estabelecem. Quem são aqueles que falam?

Essa abordagem também se entrelaça com o conceito de "rizoma", elaborado por Deleuze e Guattari (2011a), que sublinha a natureza não hierárquica e não linear das redes de conexão entre os elementos de um sistema. A cartografia social deleuzo-guattariana, portanto, dedica-se a mapear os rizomas sociais, destacando as interações inesperadas, os pontos de ruptura e as oportunidades de transformação que emergem nesses espaços.

A comunidade, ao ser concebida como um espaço atravessado pelo movimento de TDR, adquire uma dimensão dinâmica e fluida, distanciando-se da noção tradicional de território como um espaço fixo e delimitado. O território, nessa perspectiva, não é mais entendido como um simples decalque ou uma representação estática de um espaço geográfico, mas sim como um fluxo de deslocamentos que envolve constantes transformações. Esses deslocamentos refletem as interações complexas e múltiplas entre os sujeitos e o espaço, onde o território se torna um campo de forças em movimento, permeado por processos de desterritorialização e reterritorialização.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie. humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari; Rolnik, 2013, p. 323).

No processo de desterritorialização, as estruturas, identidades e práticas culturais que anteriormente estavam ancoradas em um território específico são deslocadas, seja por pressões externas, como o capitalismo global, ou por dinâmicas internas, como os fluxos migratórios e as mudanças sociais. “Jamais nos desterritorializamos sozinhos” (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 41). Esse movimento de desterritorialização implica a desconexão dos elementos constitutivos da comunidade de suas raízes territoriais, levando a uma redefinição das fronteiras e das relações sociais.

A reterritorialização, por sua vez, envolve a criação de novos territórios, tanto físicos quanto simbólicos, onde as comunidades reconstroem suas identidades e redes de pertencimento. Nesse sentido, a comunidade se torna um espaço de constante (re)negociação e (re)construção, onde o território é continuamente reconfigurado em resposta às forças que provocam a desterritorialização. A partir dessa dinâmica de TDR, a comunidade emerge como um espaço não apenas de resistência, mas também de inovação e resiliência, onde as transformações territoriais são vistas como oportunidades para a criação de novas formas de convivência e solidariedade, capazes de responder às complexidades do mundo contemporâneo.

Então, a metodologia proposta seguirá uma reflexão teórica, dada a partir de formulação deleuzo-guattarianas mobilizando uma reflexão teórica entre os conceitos já apresentados com vistas a possibilidade de um diálogo com o desenvolvimento regional para pensar uma certa geografia, com fragmentos da filosofia.

**4 O diálogo com o desenvolvimento regional**

Ao discutir o conceito de comunidade, é inevitável a aproximação à ideia de comunidades tradicionais, compreendidas, segundo Grava e Florit (2020), como os grupos que incluem indígenas, agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Estes grupos, historicamente enraizados em práticas culturais e sociais que resistem às pressões da modernidade e do capitalismo global, são representações vívidas de formas de vida comunitária que desafiam as lógicas dominantes de exploração e reterritorialização.

Ao pensar a comunidade no contexto desta reflexão, não se pretende limitar o conceito de comunidade a essas formas tradicionais de organização social. A ideia aqui abordada abrange uma diversidade mais ampla de grupos e experiências, reconhecendo que, em sua essência, a comunidade é um território do consensual, onde se vivenciam práticas de liberdade e coletividade, conforme aponta Brandão (2015). Essa abordagem amplia a compreensão da comunidade para incluir não apenas as comunidades tradicionais, mas também outras formas de organização social que, de alguma maneira, resistem às imposições hegemônicas, engajando-se em práticas que valorizam o coletivo, o compartilhamento e a solidariedade.

As comunidades tradicionais, em particular, destacam-se como exemplos emblemáticos de resistência e enfrentamento à lógica de reterritorialização imposta pelo sistema dominante. Elas não apenas preservam modos de vida e práticas culturais que desafiam a homogeneização global, mas também atuam como espaços de contestação e inovação social. Esse diálogo não busca simplesmente romantizar ou idealizar as práticas dessas comunidades, mas sim aprender com suas experiências de resistência e adaptabilidade, como Krenak (2020) nos ensina. Através da observação e análise das dinâmicas internas dessas comunidades, é possível extrair lições valiosas sobre como as práticas coletivas podem ser mobilizadas para desafiar e subverter as forças do capitalismo neoliberal que promovem a individuação e o desengajamento social.

A abordagem metodológica adotada neste estudo incorpora a cartografia social, uma ferramenta teórico-prática inspirada pelas ideias de Deleuze e Guattari (2011a; 2011b). Diferentemente da cartografia tradicional, que tende a representar territórios como entidades fixas e estáticas, a cartografia social deleuzo-guattariana destaca as perspectivas das pessoas envolvidas, valorizando as vozes dos sujeitos que habitam esses espaços e revelando as relações de poder e os fluxos de desejo que operam subjacentes às dinâmicas sociais. Conforme apontam Kastrup e Passos (2013), essa metodologia não se limita a capturar a superfície dos fenômenos sociais, mas acompanha os processos de transformação, resistência e adaptação que ocorrem nos territórios sociais. A cartografia social, ao focar nas interações entre diferentes elementos — como indivíduos, instituições, práticas culturais e políticas —, permite uma compreensão mais profunda e nuançada dos espaços habitados pela comunidade, destacando como esses espaços funcionam como alternativas às forças de poder dominante.

A aplicação da cartografia social, a partir da perspectiva deleuzo-guattariana, visa oferecer um retrato mais completo e dinâmico das relações sociais que estruturam as comunidades. O que não se limita a descrever os espaços sociais, mas busca capturar a complexidade e a multiplicidade das experiências comunitárias, revelando as interações imprevisíveis, os pontos de ruptura e as possibilidades de transformação que surgem nesses espaços. Ao correlacionar os conceitos de comunidade e desenvolvimento regional, procura-se redefinir a noção de comunidade, considerando-a como um espaço atravessado pelo movimento TDR. O que enfatiza que a comunidade não é apenas um espaço físico delimitado, mas um território em constante (re)configuração, onde as forças de desterritorialização e reterritorialização interagem para moldar as identidades coletivas e as práticas sociais.

Para dialogar com o desenvolvimento regional, a partir deste ponto, enumera-se algumas ações. A primeira delas é a resiliência comunitária que emerge como um elemento crucial na análise das práticas de resistência das comunidades tradicionais e contemporâneas frente às imposições do capitalismo neoliberal. Essas práticas, que incluem estratégias de autossuficiência, solidariedade e defesa territorial, não se limitam a formas de resistência passiva, mas englobam iniciativas ativas que informam diretamente as estratégias de desenvolvimento regional. Ao observar como as comunidades se organizam para preservar suas identidades e autonomia diante das pressões externas, é possível extrair lições valiosas para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional de maneira inclusiva e sustentável.

O segundo ponto de diálogo é a conexão dos pontos de resiliência com a cartografia social. Ao mesmo tempo que é uma metodologia é de pesquisa é uma ação sobre o objetivo pesquisado, pois se constitui como uma ferramenta teórico-prática, potente para mapear as dinâmicas sociais e culturais que influenciam o desenvolvimento regional.

Ao mapear as múltiplas vozes que compõem um território, a cartografia social expõe as relações de poder e os fluxos de desejo que atravessam os lugares proporcionando uma compreensão dos fatores que impactam as políticas regionais. Assim, a cartografia social contribui para o desenvolvimento de estratégias de planejamento territorial que sejam mais sensíveis às necessidades e aspirações das comunidades locais.

Com isso, chega-se ao terceiro ponto de diálogo, a geofilosofia, especialmente através das contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011b), propicia uma reflexão crítica sobre as políticas de desenvolvimento regional, desafiando as abordagens tradicionais e propondo outras formas de pensar as relações entre território, poder e subjetividade. Ao enfatizar a importância das experiências subjetivas e coletivas na formulação de políticas, a geofilosofia oferece uma lente através da qual as dinâmicas territoriais podem ser reinterpretadas, levando em conta a complexidade e a multiplicidade dos elementos que compõem os espaços sociais. A crítica deleuzo-guattariana das formas hegemônicas de poder, que se manifestam através da desterritorialização e da reterritorialização, permite que se vislumbrem alternativas que privilegiam as especificidades locais e regionais, promovendo um desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e social das comunidades.

Ela [a geofilosofia] não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um meio o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente (Deleuze; Guattari, 2011B, p. 125).

Na intersecção entre resiliência comunitária, cartografia social e geofilosofia, configura-se uma abordagem integrada para o desenvolvimento regional que reconhece a importância da comunidade como um espaço vital de resistência e inovação. Ao considerar as comunidades não apenas como objetos passivos das políticas de desenvolvimento, mas como agentes ativos na definição de suas próprias trajetórias, é possível construir um modelo de desenvolvimento regional que seja verdadeiramente participativo e inclusivo. Essa abordagem valoriza as práticas e conhecimentos tradicionais, ao mesmo tempo em que utiliza ferramentas como a cartografia social para mapear as complexas interações sociais e culturais que determinam o sucesso ou fracasso das políticas de desenvolvimento.

**5 Considerações finais**

A comunidade não se mostra apenas como um território estático ou enrijecido, ela se organiza como um ente ativo, atravessado por foças, ou linhas de fuga marcadas pela preservação cultural, social e econômica frente às dinâmicas de homogeneização impostas pelo itinerário neoliberal. As práticas das comunidades tradicionais, que incluem formas de autossuficiência e defesa do território, exemplificam essa resiliência. A partir dessas práticas, é possível pensar o desenvolvimento regional não apenas como um processo de crescimento econômico, mas como uma integração de valores comunitários, propondo outras condições de convivência que desafiem a lógica neoliberal, entre elas a resiliência com vistas a formas autossustentáveis que ultrapassem uma ideia de “capitalismo verde”.

A aplicação da cartografia social, proposta por Deleuze e Guattari, permite uma análise e compreensão dos territórios comunitários desvelando possíveis reterritorializações. Diferentemente da cartografia tradicional, que se restringe a decalques, a cartografia social permite desenhar fluxos dinâmicos, incluindo relações de poder e desejos que atravessam as comunidades. A metodologia teórica escolhida nesta pesquisa ofereceu uma compreensão sensível das interações sociais e culturais destacando as potencialidades que a ideia de comunidade como um campo de resistência. Ainda que no campo das ideias, por ora. A cartografia social, portanto, contribui de forma significativa para o planejamento regional, na medida em que torna visíveis as particularidades locais e possibilita a construção de estratégias de desenvolvimento que dialoguem com as realidades vividas.

A possibilidade de tal diálogo entre comunidade e desenvolvimento regional, dar-se-á pela geofilosofia. O conceito, vinda da filosofia deleuzo-guattariana, ao propor uma leitura crítica das políticas regionais tradicionais, enfatiza a necessidade de considerar as singularidades das comunidades e de suas experiências. Através dessa lente, reavalia-se as estratégias do dito desenvolvimento do capital, promovendo alternativas que respeitem a multiplicidade de vozes e trajetórias existentes dentro de cada território. A geofilosofia, portanto, abre caminho para novas concepções de desenvolvimento, que se baseiam na valorização das vivências locais e no reconhecimento das especificidades culturais. Será ela então, o elo de diálogo para a desconstrução do pensamento antropocêntrico e a valorização da diversidade?

**Referências**

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In: UDRY, Consolación; EIDT, Jane Somini (editoras técnicas). Conhecimento Tradicional: Conceitos e Marco Legal. Brasília: Embrapa. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, 2015, pp. 21-101.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum**: sobre as sociedades de controle. *In*: CONVERSAÇÕES. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a. v. 1

\_\_\_\_\_\_. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRAVA, Diego da; FLORIT, Luciano Félix. Povos e comunidades tradicionais em Santa Catarina: sistematização de dados e reflexão sobre conflitos ambientais territoriais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 4, p. 1738–1763, 2020.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263–280, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MELCHIORETTO, Albio Fabian. **Que cheiro a terra tem?  desenvolvimento regional e geofilosofia em diálogos**. 2023. 220 f. Tese - Universidade Regional de Blumenau, FURB, Blumenau, 2023. Disponível em: <http://bu.furb.br/docs/TE/2023/369326_1_1.pdf>.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

1. Universidade Regional de Blumenau, FURB / Faculdade SENAC Blumenau, Blumenau, Brasil, [albio.melchioretto@gmail.com](mailto:albio.melchioretto@gmail.com). [↑](#footnote-ref-1)